

# PRINCÍPIOS NO PAD - UMA ABORDAGEM PRÁTICA



**MARCOS SALLES TEIXEIRA**  
Receita Federal do Brasil



**III REUNIÃO DO FÓRUM DE  
CORREGEDORIAS DA ÁREA ECONÔMICA**

# **Princípios no PAD - Uma abordagem prática**

**CAIXA**



**Em sentido estrito:** centros hierarquizados, de decrescente impositividade, emanadores do Direito.

**A fonte primária é a lei (Lei 8112/90).**

**Em sentido amplo:** abarcam princípios e outros elementos referenciais (manifestações administrativas e jurisprudenciais).

- **Princípios são normas**, ao lado das regras positivadas:
  - refletem mais altos valores do grupo social;
  - permeiam e informam ordenamento;
  - afrontá-los é mais grave que afrontar norma;
  - manifestam-se de forma geral (princípios gerais) ou específica em cada seara de Direito.

**CF:** Estado Democrático de Direito requer limite ao poder punitivo e devido processo **constitucional** e legal.

- Direitos e garantias individuais e coletivos e princípios reitores da Administração (arts. 5º, 37 e 41 CF), ponderados pelo **princípio convivência das liberdades**.
- Art. 5º, LIV CF: Princípio do **devido processo, não só legal** (Lei 8112/90): **CF, convenções, pareceres AGU**.
- Art. 5º, LV CF: Princípios **do contraditório e da ampla defesa** estendidos aos acusados em via administrativa.
- Art. 5º, LVII: Princípio da **presunção da inocência**.
- Art. 37 CF: Princípios da **legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência**.

**Lei 9784/99:** Dispõe sobre processo administrativo *lato sensu*.

- Art. 69: Para PAD, prevalece a lei específica (Lei 8112/90).

**A rigor, Lei 9784/99 tem aplicação apenas subsidiária, integrando lacunas integrais da Lei 8112/90.**

- Art. 2º: Princípios da oficialidade, verdade processual, razoabilidade, proporcionalidade, formalismo moderado, segurança da relação jurídica, prejuízo, interesse público e autotutela.

**CPP, CP, CPC e CC:** Aplicáveis, **com devidos ajustes**, somente em caso de lacunas na CF e nas Leis 8112/90 e 9784/99.

- Instância penal guarda maior afinidade com instância disciplinar que a civil; mas é art. 15 CPC que estabelece aplicação subsidiária e supletiva para lacunas integrais ou parciais.
- Princípios do convencimento motivado (persuasão racional), reserva legal, irretroatividade da lei penal, intervenção mínima, insignificância, confiança, *non bis in idem*, comunhão da prova, economia processual e boa-fé.





**RECIFE, PERNAMBUCO, BRASIL**

**[marcos.s.teixeira@rfb.gov.br](mailto:marcos.s.teixeira@rfb.gov.br)**

**[anotacoespad@gmail.com](mailto:anotacoespad@gmail.com)**